



Eixo: Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades.

Sub-eixo: Sexualidades, identidades de gênero e direitos.

O PÚBLICO LGBT EM SITUAÇÃO DE RUA E SEUS DIREITOS NA CIDADE DE BELO HORIZONTE

JESSIE FERREIRA SANTOS¹

Resumo: Este artigo é um estudo sobre a pessoa LGBT que está morando na rua, a fim de entender os motivos que a levam a sair de casa. Uma suposição é que geralmente essa pessoa é tratada de maneira diferente pela sociedade e seus familiares por causa do preconceito em relação à sua escolha sexual. É importante entender os desafios que a pessoa encontra na rua e no mercado de trabalho, mesmo que seja informal. Diante disso, percebi que as políticas públicas, mesmo que existam, precisam ser melhoradas principalmente para a pessoa LGBT. O tema em discussão é sobre a história LGBT no Brasil, os desafios enfrentados por essa pessoa que vive na rua que causa esse cenário e os desafios das políticas públicas no Brasil, especialmente em Belo Horizonte.

Palavras-chave: Situação de rua; Políticas Públicas; Lgbt.

Resumen: Este artículo es un estudio a respecto de la persona Lgbt que esta viviendo en la calle, a fin de comprender las razones que la lleva a salir de su casa. Una suposición es que generalmente esa persona es tratada de una manera diferente por la sociedad y sus familiares por prejuicio a respecto a su elección sexual. Es importante comprender los desafíos que esa persona encuentra en la calle e en el mercado de trabajo, aún que sea informal. Delante de eso notase que las políticas publicas , aunque existan, necesitan ser mejoradas principalmente para la persona lgbt. El tema en discursion es sobre la historia lgbt en Brasil, los desafíos enfretados por esta persona que vive en la calle que ocasiona ese escenario y los desafíos das políticas publicas en Brasil, especialmente em Belo Horizonte.

Palabras-Clave: Personas que viven en la calle; Políticas Públicas; Lgbt.

I INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema apresentar a discussão sobre a “O público Lgbt em situação de rua e seus direitos na cidade de Belo Horizonte”. A importância dessa discussão é compreender as ocorrências do público Lgbt (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), que geralmente recebem tratamento diferenciado da sociedade e de seus familiares, ocasionados,

¹ Estudante de Graduação. Centro Universitário Unihorizontes. E-mail: <jessiefsantos@gmail.com>

muitas vezes, pelo preconceito diante da sua orientação sexual e/ou identidade de gênero, o que, pode em alguns casos levar ao rompimento dos vínculos familiares, podendo resultar em situação de rua.

Compreendendo a identidade de gênero como um novo paradigma, apesar de ser um tema atualmente discutido, é possível notar a dificuldade em aceitar aquilo que está fora do padrão cisgenero/cisheteronormativo. Segundo Mattos e Cidade (2016) quando uma pessoa nasce ela é identificada pela sua genitália que é definida como masculina ou feminina. E a partir desta definição as pessoas assumem o papel social correspondente. O conceito de cisgeneridade refere-se ao suposto lugar de “gênero normal” a partir da genitália.

Baseando nestas informações tem-se como pergunta norteadora do artigo: Como o preconceito pode influenciar para que pessoas que vivem o dilema da diversidade de gênero estejam em situação de rua? Uma provável resposta a esta pergunta, é que, geralmente, esse público recebe tratamento diferenciado da sociedade e de seus familiares, que pode ser causado devido ao preconceito à orientação sexual e/ou identidade de gênero.

Existe um padrão cultural a ser seguido, o binarismo, que segundo Reis e Pinho (2016), é uma construção biológica em que se afirma a existência de apenas dois sexos, o masculino e o feminino, em que os corpos são definidos como macho-fêmea.

Ainda segundo o autor é possível perceber a existência de uma imposição biológica e cultural nos assuntos relacionados à diversidade de gênero, em que, aqueles que não seguem o sexo definido ao nascer estão fora do padrão heteronormativo. No que diz respeito à família, Machado (2015) aborda a dificuldade de aceitação em relação à orientação sexual e/ou diversidade de gênero do sujeito e que o preconceito a Lgbtfobia coopera para que em alguns casos pessoas pertencentes a esse grupo se encontrem em situação de rua. Além disto, o desemprego também influencia para que, aqueles que não seguem a dita “norma” e não possuem uma renda fixa estejam nessa situação de vulnerabilidade.

Apesar da questão da diversidade de gênero está em pauta, ainda há muito que se discutir a esse respeito. Na maior parte das pesquisas realizadas

os temas encontrados sobre o público Lgbt são relacionados à prevenção na relação sexual, reprodução, combate a natalidade e demais assuntos que tenham semelhança. Desta forma é possível perceber a necessidade do debate, pois mesmo com os avanços na atualidade ainda sim esse assunto é considerado um tabu.

Neste contexto, tem-se como objetivo geral deste artigo compreender como os estigmas e preconceitos relacionados à diversidade de gênero pode ter relação com a situação de rua, bem como objetivos específicos: conhecer de forma objetiva a história do público Lgbt no Brasil; Compreender os dilemas vivenciados pela população de rua Lgbt no Brasil; e por fim pesquisar se há políticas públicas específicas em Belo Horizonte para este público.

Assim, esta pesquisa se justifica na perspectiva de identificar como o preconceito frente à diversidade de gênero pode influenciar na vida dos sujeitos. Desta forma é fundamental buscar compreender os principais fenômenos enfrentados e as questões que cooperam para que alguns sujeitos se encontrem em situação de rua.

Esta pesquisa possui relevância pessoal e acadêmica, pois traz novos saberes e elementos importantes para entender os dilemas vivenciados pelo público Lgbt em situação de rua, assim como contribui para a superação de lacunas relacionadas ao tema. Bem como coopera no papel do Serviço Social na defesa dos direitos sociais e no processo de emancipação dos indivíduos.

A metodologia utilizada tem caráter qualitativo que contará com entrevistas de roteiros semiestruturados, com profissionais da Assistência Social do Serviço Especializado em Abordagem Social, buscando entender as questões sociais que envolvem esse público. Além disso, serão utilizados como base teórica autores que abordam temas sobre a questão da diversidade de gênero, sexualidade, pessoas em situação de rua, e políticas públicas gerais ou específica ao público pesquisado.

A estrutura do artigo seguirá a seguinte ordem: no capítulo I: Breve histórico sobre a história do público Lgbt no Brasil, capítulo II: Discussão sobre dilemas vivenciados pela população de rua Lgbt, Capítulo III: As Políticas Públicas implementadas em Belo Horizonte para o público Lgbt.

O presente artigo está estruturado em quatro capítulos teóricos, sendo que três terão dados obtidos em pesquisas realizadas através de artigos científicos e livros que discutem os dilemas vivenciados pela população Lgbt em situação de rua, e por último uma pesquisa de campo realizada com a equipe técnica do Serviço Especializado em Abordagem Social.

II REFERENCIAL TEÓRICO

II. I Breve histórico sobre a história do público LGBT no Brasil

Para que seja possível compreender a história do movimento Lgbt no Brasil é importante entender em que contexto ele passa a existir. Desta forma tem-se como referência a autora Carmona (2006), que em seus estudos perpassa por todo contexto histórico até chegar ao Brasil destacando a importância desse processo, para que hoje este público tenha maior visibilidade.

Segundo a autora a luta por direitos humanos está relacionada a uma distribuição de poder desigual entre as classes dominantes de cada época. Destaca que em diversos momentos da história aqueles que detinham mais poder abusavam de sua autoridade de tal forma que o outro tinha seu direito violado. Carmona afirma que:

À medida que uma classe social reivindicou um determinado direito por meio de disputas políticas que romperam com hierarquias socioeconômicas, outros valores foram agregados aos existentes. Há muitas desigualdades, diferenças e jogos de poder entre a reivindicação e a conquista de mudança. As pressões sociais vindas de diferentes segmentos sociais conseguiram uma construção irregular, em termos de conquistas: ora um grupo alcançando direitos ou privilégios, ora outro, e, assim, são elaboradas as normas da conduta humana. Contudo, são regras relativamente compartilhadas, no sentido de que nem sempre as negociações são inteiramente acatadas. E, mais, alguns grupos têm menos recursos nessa “mesa de negociações”, de forma que as elites tendem a receber mais benefícios (CARMONA, 2006, p.1).

Essa autora ainda ressalta que as tragédias causadas com a Segunda Guerra Mundial levaram a população a ter consciência de que não poderiam ceder direitos tão importantes ao Estado. Assim, surgem os movimentos sociais na década de 1940, um marco simbólico que

questionava às representações instituídas sobre classe, gênero, raça e outros (CARMONA, 2006).

É possível pensar no seu desenvolvimento atribuído às duas grandes guerras e à crença na necessidade de um sistema de proteção internacional. Em 1945, foi criada a Organização das Nações Unidas, culminando com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. Foram construídas convenções, pactos, tratados e conferências para o fortalecimento dos princípios da Declaração. Tais rearranjos na organização do poder contribuíram para a efetivação do Estado Democrático de Direito como uma possibilidade de participação da sociedade civil na vida política. Esse movimento permitiu diversas conquistas, ainda que algumas apresentem contradições e limitações (CARMONA, 2006, p. 2).

É fundamental destacar a importância da Ditadura Militar em 1964, pois foi nesse período que os movimentos sociais se fortaleceram no Brasil, buscando a ruptura do regime autoritário. É por meio desses movimentos que surgem mudanças na década de 1970 e 1980, e se cria a Constituição Federal de 1988, que estabelece responsabilidades compartilhadas entre os cidadãos e o Estado nas políticas públicas (CARMONA, 2006).

Inauguram-se o Programa Nacional de Direitos Humanos em 1996 e o Programa Mineiro de Direitos Humanos em 2001. Em âmbito municipal, implementa-se o Plano de Articulação pelos Direitos Humanos. É também nesse contexto que, no final da década de 1970, surgiu o movimento homossexual no Brasil. O marco de criação de um movimento politizado sobre o tema é reconhecido na literatura específica e pela militância com a fundação, em 1978, do grupo SOMOS, em São Paulo, e do Jornal Lampião da Esquina, no Rio de Janeiro. Na década seguinte, temos, como iniciativa de destaque, o surgimento dos grupos Triângulo Rosa no Rio de Janeiro, Grupo Gay da Bahia em Salvador e, também, do Atobá, no Rio de Janeiro (CARMONA, 2006, p. 2).

Em meados de 1980, com a epidemia da AIDS, por muitos, estigmatizada como a “peste gay”, ocorre uma desmobilização do movimento homossexual brasileiro, posteriormente na primeira metade da década de 1990 o movimento homossexual cresce e é fortalecido por diferentes atores sociais e locais, também nacionais e internacionais, vinculados a universidades, políticas públicas, partidos políticos, associações científicas ou profissionais, entre outras áreas. Vale lembrar que a saúde e os Direitos Humanos são interlocutores fundamentais desse processo (CARMONA, 2006).

No ano 1995 foi fundada a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, transgêneros – Abglt, com o objetivo de elaborar e efetivar políticas de direitos homossexuais em todo país. Dentre essa iniciativa e outras vale destacar a parada do orgulho Lgbt em São Paulo, pela inclusão de ativistas e homossexuais não organizados por meio de uma política de visibilidade massiva. No ano de 2004, se teve um avanço no âmbito governamental no que se diz respeito às conquistas dos direitos Lgbt com a criação do Programa Brasil sem Homofobia, criado por meio de uma parceria entre Estado e sociedade civil organizada, Tal programa propõe ações a serem desenvolvidas pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e com os demais ministérios (CARMONA, 2006).

Outra autora importante da qual seus estudos dialogam com a autora citada anteriormente é Lima (2014), que também destaca a importância de todo o contexto histórico para que os movimentos sociais começassem a surgir por meio da insatisfação da população. A autora reforça a questão da desigualdade entre as classes sociais onde a classe dominante se sobressai, por uma questão de distribuição de poder desigual.

O fim dos anos de 1960 e início da década de 1970 tem em seu contexto grande importância nas questões de manifestações política, cultural e social. A juventude de classe média urbana teve influência fundamental no que diz respeito ao levantamento de questionamentos sobre o modelo hegemônico de sexualidade e gênero. É necessário destacar a importância de grupos que tiveram um papel essencial nesse processo, como grupos teatrais, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Maria Betânia e Gal Costa, que buscavam romper com os paradigmas sobre heterossexualidade normativa. (LIMA, 2014).

Ainda segundo Lima (2014), o debate sobre sexualidade se tornou uma discussão política na era contemporânea tendo sua origem na revolução sexual dos anos 1960. Acrescenta que no final da década de 1970 é que surge o movimento homossexual no Brasil, sendo este período um marco da criação de um movimento politizado. Assim como Carmona (2006), Lima (2014) frisa os grupos que foram importantes para os movimentos sociais de luta dos direitos Lgbt, como o Grupo de Afirmação

Homossexual (SOMOS), que teve seu surgimento em São Paulo, no ano de 1978, e também o Jornal Lampião da Esquina, no Rio de Janeiro.

Segundo Lima (2014) o regime autoritário abafou as iniciativas no movimento Lgbt. Entretanto no ano de 1978 os jornais alternativos e movimentos sociais se expandiram no país, criticando o Regime Militar.

A autora ainda ressalta que o desafio das feministas ao patriarcado, à rigidez em relação aos papéis de gênero e aos costumes sexuais tradicionais trouxe uma discussão na sociedade que se encontrou com as questões levantadas pelo movimento Lgbt. Desta forma, pode ser dividido em três fases, passando pela trajetória de transformação do termo Movimento homossexual para Movimento Lgbt Brasileiro (LIMA, 2014).

A primeira fase abarca o final dos anos de 1970, a partir da formação de grupos de homens e mulheres homossexuais, sendo a criação do Grupo SOMOS e do Jornal Lampião da Esquina, os marcos mais significativos. Ambas as ações serviram para uma politização da homossexualidade, correspondendo ao final do regime militar brasileiro (1964-1985), no contexto de abertura política instalada no país no término de tal década. (LIMA, 2014, p. 4 - 5).

A segunda fase é na década de 1980, ocorrendo um paralelo com a redemocratização Brasileira. É nesse período que se inicia o processo de institucionalização do movimento homossexual a partir de ações que buscavam prevenir doenças que são transmitidas sexualmente. Em meados de 1980 a epidemia da AIDS – por muitos estigmatizados como a peste gay, cria uma desmobilização do movimento homossexual (LIMA, 2014).

A terceira fase é conhecida como reflorescimento do movimento homossexual brasileiro e em meados de 1990, aumenta o número de organizações por meio da sua diversificação de atuação. Assim também é ampliada a rede de articulação contando com novos atores sociais buscando ampliar a visibilidade da diversidade sexual e assim se dá o termo Gltb, pois englobam gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Após a primeira conferência Gltb, houve a alteração da letra “L” para o início, o intuito é dar visibilidade política para as mulheres (LIMA, 2014).

II. II Dilemas vivenciados pela população de rua Lgbt no Brasil

Machado (2015) também é um autor importante neste artigo, por abordar em seus estudos fatores que contribuem para que algumas pessoas estejam em situação de rua. O autor enfatiza a questão social em suas diversas expressões, como a relação de trabalho e capital, desigualdade social, dificuldade da família em aceitar aquilo que está fora do padrão cisheteronormativo, discriminação, Lgbtfobia, abandono familiar, e outros.

Segundo Machado (2015) discutir população de rua Lgbt é desafiador, por ser uma discussão recente, porém possui os mesmos desafios que uma outra pessoa em situação de risco social, valendo ressaltar que alguns destes desafios estão ligados ao fato de pertencerem ao grupo de orientação sexual e/ou identidade de gênero diferentes do que se espera socialmente. Vale lembrar que é um grupo onde recentemente passou a ter a devida importância no contexto das políticas públicas.

Segundo Gibss e Amazonas (2015) a questão social e suas diversas expressões são as representações de um conjunto de desigualdades que é reproduzido pelo capitalismo, a partir do momento em que o trabalho é considerado culturalmente o pilar na construção da vida social, monopolizada por uma menor parte da sociedade, assim pode-se dizer que a riqueza é dividida de forma desigual.

Em relação às questões voltadas para a empregabilidade a sociedade brasileira possui um sistema de ideias neoliberal, que qualifica o desemprego massivo e a extrema competitividade no que se diz respeito ao engajamento no mercado de trabalho. (MACHADO, 2015)

Alguns grupos ao serem atingidos pelos estigmas da rejeição, condenação, por não pertencerem ao grupo cisheteronormativo, e o fato de não terem suporte para uma vida adulta (em alguns casos), contribuem para que estes sujeitos estejam em situação de risco social, onde seus laços familiares se encontram rompidos e já não se tem um local onde morar. A

falta de emprego e a dificuldade para encontrar um trabalho contribuem para a situação de rua destes cidadãos (MACHADO, 2015).

Segundo Machado (2015) os grupos de pobreza extrema, que possui os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, onde já não possuem uma moradia convencional regular, utilizam de logradouros públicos e de áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, sendo de forma temporária ou permanente, assim como também acolhimento para pernoite ou moradia provisória.

Ainda de acordo com Machado (2015) os profissionais que atuam em instituição de acolhimento destacando o assistente social, afirmam que este profissional tem algumas atribuições com os usuários que devem ser respeitadas e seguidas, questões como: raça, gênero, etnia, religião, orientação sexual, identidade de gênero e outros. Buscando seguir os padrões estabelecidos pelo código de ética. O profissional tem como função atuar na inserção desses sujeitos na sociedade, buscando emancipá-los para que não esteja em situação de rua, e também criar intervenção para recuperar os vínculos familiares rompidos.

Quando se trata de um acolhimento institucional, é preciso elaborar um perfil para direcionar esse usuário dentro da instituição e para possíveis encaminhamentos para resolução de sua demanda. É direito do acolhido por uma instituição do Estado, que ele tenha atendimento em todas as esferas de sua cidadania, isto é, a recuperação de seus documentos, a atenção à sua saúde e condição física, moral e mental, à sua reintegração familiar e socioeconômica, estruturando sua reestabilização na sociedade (MACHADO, 2015, p. 8).

Machado (2016) afirma que a proteção social básica tem como responsabilidade tratar de questões em que busca prevenir o indivíduo e sua família que estão em situação de vulnerabilidade, buscando ações que visam fortalecer os vínculos familiares e comunitários no combate as desigualdades sociais.

Para Gibss e Amazonas (2015), o sistema capitalista é perverso e limita as políticas públicas voltadas a esse público. Para eles a população em situação de rua é o resultado de uma série de fatores que corroboram para a manutenção dessa situação. A deficiência das políticas está ligada

também a negligência do poder público em garantir a população em situação de rua condições de serem inseridos novamente em sociedade e terem a oportunidade de criar novos projetos de vida.

Ainda para Gibss e Amazonas (2015) questões relacionadas à falta de emprego, desenvolvimento de novas formas de trabalho, falta de qualificação profissional, podendo analisar também situações voltadas para as drogas e também migração podem cooperar para que alguns sujeitos estejam em situação de rua. Afirma que não se trata de um fenômeno específico, mas de todo um processo histórico de desigualdade capitalista, apropriação injusta de riquezas socialmente produzida.

II. III As Políticas Públicas implementadas em Belo Horizonte para o público Lgbt

Segundo Pereira (2016) uma política pública é uma diretriz criada com o intuito de enfrentar um problema público, tendo dois elementos fundamentais, sendo eles: intencionalidade pública e resposta a um problema público, ou seja, o motivo pelo qual se cria uma política pública é uma percepção de uma necessidade social coletiva. Ainda de acordo com Pereira (2016) a trajetória do movimento social Lgbt brasileiro e a atuação dos grupos de movimento sociais militantes é que contribuíram para que fossem desenvolvidas políticas públicas específicas para a promoção e proteção dos direitos da população Lgbt no Brasil.

Em relação às demandas do movimento Lgbt brasileiro um marco de grande relevância à formulação de políticas públicas foi o Programa Nacional de Direitos Humanos - Pndh, que teve sua divulgação em 2002 por Fernando Henrique Cardoso, que trouxe entre suas ações aquelas que contemplavam a orientação sexual, como forma de garantia do direito a liberdade, opinião e expressão e também relativas à garantia do direito a igualdade.

O presidente afirmava que os direitos dos homossexuais interagiam com a pauta das políticas públicas do Governo Federal, às ações tinham o intuito de atender as demandas do movimento Lgbt, porém nenhum órgão de governo assumiu essa responsabilidade como um conjunto de diretrizes para a formulação de políticas públicas (MELLO; BRITO; MAROJA, 2011).

À atuação do movimento Lgbt estava na frente do Poder Legislativo e ainda sim era possível notar a resistência quanto às demandas relativas aos direitos de gênero, principalmente em relação à atuação de parlamentares que tinham vínculos a grupos religiosos.

Em 2004 o Governo Lula começa a assegurar diversos direitos, partindo das iniciativas:

Criação do Brasil Sem Homofobia (BSH) – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLB; lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – Pndcdh-Lgbt, 2009; publicação do decreto que cria o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 – Pndh 3, 2009; criação da Coordenadoria Nacional de Promoção dos Direitos de Lgbt, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, 2010; e implantação do Conselho Nacional Lgbt, em 2010, com representação paritária do governo federal e da sociedade civil. 8 T e de Promoção da Cidadania Homossexual, em 2004; realização da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, com o tema Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em 2008 (MELLO; BRITO; MAROJA, 2011, p. 406 - 407).

Às informações supracitadas falamos em um contexto geral sobre políticas públicas voltadas para o público Lgbt no Brasil, porém ao pensar nessas políticas em Belo Horizonte, Lima (2014), vem ressaltando especificidades referentes a esse público no município.

Segundo Lima (2014) o desenvolvimento das políticas Lgbt parte de um movimento dinâmico, mesmo que em alguns momentos sejam estáticos. Ressalta algumas mudanças que merecem destaque, como: a tentativa de capacitação do poder público na área Lgbt ou mesmo de visibilidade dessa tentativa, também a busca de capacitação por parte de alguns grupos Lgbt na gestão pública.

Entre as principais reivindicações do movimento social Lgbt de Belo Horizonte, que, aliás, coincidem com as demandas gerais do país,

estão: equidade nos direitos, direito ao casamento, a parentalidade com a definição jurídica e social de família, a criminalização da homofobia, o nome social, geração de emprego e renda para o segmento Transgênero, a criação de Centros de Referência Lgbt que funcionem 24 horas por dia, e a criação de políticas públicas no formato de Coordenadorias Lgbt (LIMA, 2014, p. 8).

Lima (2014) ainda ressalta que existe um grande índice de violência e assassinato em Belo Horizonte ao público Lgbt, o que mostra que leis e políticas públicas não são suficientes para acabar com a Lgbtfobia, é importante que se tenha uma mudança cultural no cotidiano frente ao modelo heteronormativo, pois ele ainda tem domínio sobre boa parte da população.

A Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 e a Constituição de 1988 não terem feito a inserção da orientação sexual/gênero entre as formas de discriminação a serem proibidas, faz com que as ações do Ministério Público brasileiro, busque formas de garantir o direito à igualdade nas leis existentes (LIMA, 2014).

Em Belo Horizonte existe a Lei municipal 8.283/01, contra discriminação por orientação sexual; a Lei 8.176/01, que penaliza estabelecimentos que discriminem pessoas em virtude da orientação sexual; a Lei 8.719/03 sobre os direitos das minorias, entre elas Lgbt; e a Lei 9.011/05, que atribui à Coordenadoria Municipal de Direitos Humanos (Cmdh) o desenvolvimento de políticas de direitos Lgbt. Há também o apoio político-administrativo do Poder Público Municipal aos Movimentos Lgbt, e, em Junho de 2007, foi criado o Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania Glt (Crglbt), vinculado à Coordenadoria Municipal de Direitos Humanos (Cmdh) (LIMA, 2014, p. 9).

Ainda segundo Lima (2014) a mobilização para inclusão dos direitos sexuais como direitos humanos ainda é recente e continua criando divergências no que se diz respeito ao entendimento nas lutas políticas. Mesmo que, ainda nenhum programa ou tratado internacional tenha incluído de forma nítida os termos “direitos sexuais” ou “orientação sexual”, é importante destacar que documentos como, por exemplo: Relatório sobre Desenvolvimento Humano de 2000 validou a não discriminação à orientação sexual.

Lima (2014) ressalta a campanha realizada por meio da ONU, pronunciando-se contra países que criminalizam as relações entre pessoas

do mesmo sexo, bissexuais e transgêneros. A iniciativa aponta um compromisso da ONU com a luta pelos direitos humanos Lgbt, mesmo que ainda não seja uma ação pontual diante da necessidade de uma intervenção de maior impacto social.

É possível notar que durante todo o período histórico do movimento social Lgbt, houve inúmeras transformações e alcances, mesmo que ainda seja um tema de suma relevância a discussão, devido à dificuldade de aceitação da sociedade em aceitar aquilo que está fora do padrão cisheteronormativo. Porém, é importante reconhecer os avanços nas políticas públicas e inclusão do público Lgbt em decisões políticas. Vale destacar que mesmo havendo ações pontuais a busca por igualdade de direitos e inclusão deve permanecer, pois ainda tem muito para se conquistar.

É importante lembrar que em Belo Horizonte, a partir das orientações estabelecidas pela Política Nacional de Assistência Social - Pnas (2004)² determina que a assistência social se divida em proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade. O Serviço de Abordagem de Rua, local de realização da entrevista para este artigo, localiza-se na proteção social especial de media complexidade. Compete a ele o desenvolvimento de programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e indivíduos, conforme identificação da vulnerabilidade apresentada. Deve-se trabalhar também buscando protege-los e emancipa-los para que tenham condições de se auto sustentarem.

III METODOLOGIA

Este artigo tem como objetivo discutir o tema “O público Lgbt em situação de rua e seus direitos na cidade de Belo Horizonte”. A relevância

² PNAS - Resolução 145 de 2004, NOBSUAS – Resolução 33 de 12/12/2012 –tipificação nacional dos serviços – Resolução 109 de 2009 www.mds.gov.br. Acessado em 13 de junho de 2018.

dessa discussão está em levar ao leitor um conhecimento diferenciado sobre questão de gênero, história do movimento Lgbt no Brasil, desenvolvimento de políticas públicas específicas para o público Lgbt em situação de rua. Assim o estudo se baseia nos conflitos relacionados à orientação sexual e a diversidade de gênero, pois mesmo com os movimentos sociais voltados ao direito da pessoa Lgbt e os avanços nos direitos e nas políticas é perceptível à dificuldade da população em aceitar aquilo que não se enquadra no padrão cisheteronormativo.

O presente estudo é bibliográfico e de campo, de caráter descritivo. Para Minayo (2001), um estudo tem caráter exploratório, ou seja, começa com um problema ou uma pergunta e no seu fim se torna um produto provisório capaz de se abranger para novos questionamentos. Inicialmente tem caráter exploratório e após se abre para o trabalho em campo, dando oportunidade de discutir a teoria com a realidade, o que é fundamental para confirmação ou refutação de hipóteses e elaboração de teorias. Pois um ciclo nunca se fecha por completo, pois o conhecimento produz mais questões para serem discutidas.

Ainda para Minayo (2001) a pesquisa realizada é dada como qualitativa, pois trabalha com um nível da realidade que não pode ser quantificado, sendo assim, a pesquisa qualitativa lida com um universo de significados, motivos, aspirações, valores e crenças que não são quantitativos. Traz informações da realidade social, tornando uma abordagem plausível e coerente com as vivências abordadas, pesquisadas teoricamente e também na pesquisa de campo.

A opção por esta forma metodológica se abrange ao método descritivo com a finalidade de analisar fatos e características. Para Michel (2001), esse método permite averiguar as várias situações que envolvem o comportamento humano.

As informações foram coletadas por meio de uma entrevista semiestruturada, com a equipe técnica do Serviço Especializado em Abordagem Social em maio de 2018, elaborada através de um roteiro semiestruturado. Nascimento (2008), ressalta a importância da pesquisa semiestruturada, como um espaço onde existe um roteiro de perguntas a

ser seguido, porém não prende o entrevistado as perguntas já elaboradas, pois enquanto a pessoa entrevistado fala o entrevistador tem abertura para levantar novas perguntas com base no que está sendo falado.

O roteiro elaborado para a pesquisa de campo destacou pontos fundamentais para o assunto em discussão. A equipe atuante na abordagem social com pessoas em situação de rua realiza atendimento com todos os públicos inclusive o público Lgbt. A contribuição destes profissionais foi fundamental para o desenvolvimento deste artigo, trazendo um olhar diferenciado e enriquecendo o estudo feito. Vale destacar que as diversas formas de estudo sendo por artigos, livros e revistas são valiosos. A junção das informações teóricas pesquisadas, e a pesquisa de campo realizada com os profissionais do Serviço Especializado em Abordagem Social, fazem com que esta pesquisa ganhe vida e um novo rumo, mostrando pontos de vistas diferentes e mostrando que a discussão ainda sim deve estar em pauta, buscando aprimoramento no atendimento aos usuários dos equipamentos públicos. Os profissionais entrevistados também mostram em seus relatos os desafios e avanços e o que sente falta nas políticas garantidoras de direitos.

Segundo Michel (2001) a forma que se procede o desenvolvimento deste artigo por meio de análise de documentos e coleta de dados primários feitos na entrevista, permite verificar que a teoria e a realidade se concretizam. De acordo com Minayo, (2010) essa forma de conduzir a entrevista permite flexibilidade durante a conversa e a observar questões trazidas pelo interlocutor, como sendo de uma estrutura de importante relevância para construção da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender como os estigmas e preconceitos relacionados à diversidade de gênero pode ter relação com a situação de

rua. Desta forma, pode-se concluir sobre a discussão em pauta, que o preconceito e a Lgbtfobia imposta socialmente contribui para o rompimento dos vínculos familiares, bem como, a falta de emprego e de preparo para uma vida adulta.

Inicialmente o objetivo desse artigo era entender como o rompimento dos vínculos familiares podem contribuir para a situação de rua do público Lgbt, a importância do fortalecimento dos vínculos para superação dessa vulnerabilidade e as principais políticas públicas voltadas para população Lgbt em Belo Horizonte. Porém no decorrer da pesquisa foi necessário readequações pela dificuldade em encontrar dados, pesquisas e fontes importantes para essa discussão. Percebe-se a grande necessidade de um estudo mais específico voltado para a questão familiar, como forma de entender esse processo e possibilitar ações estratégicas e eficazes para reestruturação dos vínculos.

É importante destacar que, contudo foi possível perceber que o público Lgbt, enquanto sujeitos sociais estão expostos a várias formas de preconceito e alguns fatores importantes, acabam levando a situação de rua, como a falta de emprego, despreparo para uma vida adulta, em alguns casos o uso de drogas, em outros a expulsão do sujeito ou a saída voluntária por não se sentirem pertencentes ao grupo familiar e outras. Apesar disso, as Políticas Públicas voltadas para o público Lgbt, ainda são muito vagas e precisam de maiores discussões, com participação social possibilitando que as políticas sejam pensadas de forma não excludente e que atenda às necessidades desses sujeitos.

Durante a construção do artigo foi possível perceber a necessidade de que se criem ações voltadas especificamente para o público Lgbt em Belo Horizonte, e que apesar de muitas demandas serem as mesmas apresentadas por outras pessoas em situação de rua, esse público possui suas particularidades que merecem atenção.

Dessa forma partindo da perguntada sobre: Como o preconceito pode influenciar para que pessoas que vivem o dilema da diversidade de gênero estejam em situação de rua? A pesquisa produziu informações suficientes que permitem avaliar que a hipótese foi confirmada. Devido a ter identificado que

esse público recebe tratamento diferenciado da sociedade e de seus familiares, que pode ter como causa o preconceito em relação à orientação sexual e/ou identidade de gênero.

Porém acrescenta que quando se está em situação de rua o tratamento recebido pelas pessoas é indiferente da orientação e/ou identidade de gênero, pois a partir do momento que uma pessoa se encontra em situação de rua este já é um motivo para que não sejam vistas como sujeitos de direitos.

Desta forma é possível concluir ressaltando a necessidade de se avançar nas discussões dos direitos sociais do público Lgbt, não apenas daqueles que se encontra em situação de rua, mas de todos aqueles que possuem algum tipo de vulnerabilidade. Portanto é fundamental pensar em ações considerando as demandas existentes, e que de fato atendam às necessidades desses usuários.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social. **Serviço de abordagem social na rua.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/observatoriocrack/cuidado/servico-abordagem-social.html>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

CARMONA, Andréa Moreira; PRADO, Aurélio Máximo Prado. **O universal e o particular na política Lgbt:** tensões e diálogos na esfera pública. Disponível em: <http://abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/116.%200o%20universal%20e%20o%20particular%20na%20pol%CDtica%20lgbt.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2018.

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES. **Manual de normalização Centro Universitário Unihorizontes:** orientações para apresentação de trabalhos e artigos acadêmico-científicos. 9. ed. rev. atual. Belo Horizonte: Unihorizontes, 2017. Disponível em: <http://www.unihorizontes.br/fnh/wp-content/uploads/2017/02/MANUAL-DE-NORMALIZA%C3%87%C3%83O-FACULDADE-NOVOS-HORIZONTES-9.ed_-atualizado.pdf>. Acesso em: 31 maio 2018

DANTAS, Monica. **Construção de políticas públicas para população em situação de rua no município do Rio de Janeiro:** limites, avanços e desafios. 2007. 164 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007.

Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/5015/2/900.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2018.

GIBBS, Camila Cecilia Mascarenhas; AMAZONAS, Leiliane. In: JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, 7, 2015, Maranhão. **População em situação de rua...** Disponível em:

<<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo4/populacao-em-situacao-de-rua-e-politicas-publicas-os-limites-a-efetivacao-dos-direitos-na-cidade-de-manaus.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

JORGE, Ediane Moura; PONTES, Reinaldo Nobre. **A interdisciplinaridade e o Serviço Social:** estudo das relações entre profissões. Textos & Contextos. Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 175-187, Jan./Jul. 2017. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/26444/15750>>. Acesso em: 31 maio 2018.

KOTHINSKI, Kelly. **Diversidade Sexual:** uma breve introdução. Disponível em: <http://www.mpggo.mp.br/portalweb/hp/41/docs/diversidade_sexual-artigo_-_diversidade_sexual_-_artigos_e_teses.pdf> Acesso em: 14 out. 2017.

LIMA, Ándrea Moreira. **Um recorte histórico sobre a política de direitos LGBT no Brasil e em Portugal.** Revista Científica Vozes dos Vales.

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, n. 6, 2014.

Disponível em:

<<http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/Upload/PDF15/011740%20Vozes%20dos%20Vales,%202014%20N%C2%BA%2006%20%E2%80%93%20Ano%20III%20b.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

LUZ, Lila Cristina Xavier. **Políticas para a população adulta em situação de rua:** questões para debate. Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 74-85, Jan./Jun. 2015.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v18n1/1414-4980-rk-18-01-00074.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2018.

MACHADO, Ricardo William Guimarães. **População LGBT em situação de rua:** uma realidade emergente em discussão. Revista EDUC. Faculdade de Duque de Caxias, v. 1, n. 3, Jan./Jun. 2015. Disponível

em: <http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170608150422.pdf>.

Acesso em: 02 nov. 2017.

MACHADO, Ricardo William Guimarães; BROTTTO, Marcio Eduardo. Proteção social para população em situação de rua: uma análise das políticas de assistência social e saúde. In: CONGRESSO DE ASSISTENTES SOCIAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2, 2016, Rio de Janeiro. **Proteção...** Rio de Janeiro: CRESSRJ Disponível: <<http://www.cressrj.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/023.pdf>>. Acesso em: 03 mar.2018

MATTOS, Amana Rocha; CIDADE, Maria Luiza Rovaris. **Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia:** lições tomadas do transfeminismo. Periodicus, v. 1, n. 5, p. 132-153, Maio/Out. 2016. Disponível em:

<<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/viewFile/17181/11338>> Acesso em: 18. Mar. 2018.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJ, Daniela. **Políticas públicas para a população LGBT no Brasil**: notas sobre alcances e possibilidade. Disponível em: <http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF2/01362_Mello14.pdf>. Acesso em: 20 maio 2018.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. Disponível em: <http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf>. Acesso em: 20 maio 2018.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. **A centralidade da família na política de assistência social**: contribuições para o debate, 2003. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/viewFile/3756/1820>>. Acesso em: 20 maio 2018.

NASCIMENTO, Claudia Regina Antunes. **Programa ética e cidadania**: construindo valores na escola e na sociedade - um estudo de caso. 2008. 94 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/671/3/2008_ClaudiaRAdoNascimento.pdf>. Acesso em: 31 maio 2018.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema Integrado de Bibliotecas. **Orientação para elaboração de trabalhos científicos**: projeto de pesquisa, teses, dissertações, monografias, relatório entre outros trabalhos acadêmicos, conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). 2. ed. Belo Horizonte: PUC Minas, 2016. Disponível em: <www.pucminas.br/biblioteca>. Acesso em: 20 mai. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Relatório Lgbt no Município de Belo Horizonte**. Disponível em: <http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/sites/gestaocompartilhada.pbh.gov.br/files/biblioteca/arquivos/relatorio_lgbt_no_municipio_de_belo_horizonte_-_2015.pdf> Acesso em: 02 nov. 2017.

REIS, Neilton dos; PINHO, Raquel. **Gêneros não-binários**: Identidades, expressões e educação. Revista Reflexão e Ação. Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p.7-25, Jan./Abr. 2016. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/7045/pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

SILVA, Ariana Kelly Leandra Silva Da. **Diversidade sexual e de gênero**: a construção do sujeito social. Revista do NUFEN. São Paulo, v.5, n. 1. 2013.

Disponível

em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912013000100003> Acesso em: 14 out. 2017.

SILVA, Carolina Cruz da; CRUZ, Marly Marques da; VARGAS, Eliane Portes. **Práticas de cuidado e população em situação de rua**: o caso do consultório na rua. *Saúde debate* [online]. 2015, v.39. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042015000500246&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 20 mai. 2018.